

XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

Tema central:

**Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes
colaborativas no contexto da pandemia**

22 a 24 de junho de 2021, online

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – **FAAC**
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

Aquilombar a comunicação: iniciativas de construção de uma prática jornalística em coletividades pretas¹

Marisvaldo Silva Lima
Lynara Ojeda de Souza
Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este estudo é resultado de um levantamento que visa mapear as iniciativas de prática profissional em jornalismo que abordem de forma aprofundada a questão racial e/ou desenvolvam conteúdos informativos específicos para/sobre a população negra. Em nossa abordagem teórica, trazemos a ideia do aquilombamento como estratégia de organização e acolhimento de negras e negros como forma de combate ao racismo midiático, tanto pela representação distorcida na mídia tradicional como também pela sua sub-representatividade na profissão. O estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo e utiliza levantamento de dados primários e secundários a fim de compor o mapeamento. Como principais resultados, nota-se que as 26 iniciativas identificadas têm criado uma contra-narrativa sobre a população negra brasileira, aprofundando-se em temas como cidadania, racismo, emprego e violência policial.

Palavras-chave: Jornalismo; população negra; aquilombamento.

Introdução

Este artigo aborda as iniciativas de jornalismo profissional surgidas com objetivo de criar conteúdos informativos politicamente posicionados e aprofundados sobre/para/pela população negra

¹ Trabalho apresentado no GT1 Meios e Processos de Comunicação para a Cidadania da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação.

brasileira, demonstrando como tais iniciativas coletivas e individuais de jornalistas negros, representam ganhos à possibilidade do aumento da representatividade negra na profissão, além da criação de narrativas sobre a população negra que contrapõem as coberturas de veículos tradicionais de mídia.

Trabalhamos neste artigo a perspectiva de que tais iniciativas de organização profissional voltadas para o enfrentamento do racismo podem ser consideradas experiências de quilombamento digital e resistência ao colonialismo, a partir da perspectiva de autores como Beatriz Nascimento (2006), Abdias do Nascimento (2016, 2019) e Bárbara Souza (2016), entre outros. Demonstrando como o quilombamento no contexto da prática profissional jornalística surge como uma necessidade histórica de tais atores sociais por conta de um racismo estrutural que se manifesta inclusive nas representatividades e representações do jornalismo sobre os acontecimentos cotidianos.

Apresentamos também um mapeamento das iniciativas brasileiras de quilombamento da prática profissional jornalística antirracista. O levantamento realizado a partir de pesquisa exploratória é resultado de dados coletados de forma primária e secundária a partir de pesquisa na *web* utilizando diversos termos, compondo um quadro de 26 projetos de produção de notícias sobre a população negra.

A perspectiva do quilombar-se

Quilombo é uma palavra que evoca uma diversidade de significados. Lopes (2008) diz que o termo tem origem na palavra “quimbundo” e significa “união” ou mesmo “reunião de acampamento”. Conforme Gomes (2015), a experiência de resistência em quilombos formados por africanos escravizados é uma realidade latino-americana. Na Venezuela, essas organizações sociais são conhecidas como “*cumbes*”; na Colômbia, denominadas “*palenques*”; em países como Jamaica, Caribe e Estados Unidos, “*maroons*”; no Suriname, recebem o nome de “*bush negroes*”. No Brasil, ficaram conhecidos primeiramente como “*mocambos*” e depois essas comunidades receberam o nome de “*quilombos*”.

Difundida no Brasil pela administração portuguesa no período colonial, a palavra quilombo designava os acampamentos de negros que fugiam dos horrores da escravidão e buscavam sua liberdade (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002; GOMES, 2015). Entretanto, o estabelecimento de quilombos não se reduz àqueles formados mediante a fuga. Santos (2014) escreve que outras modalidades de arranjos na estruturação das comunidades, entre elas, a compra de terras por parte de negros livres, a ocupação de terras por escravos cujos senhores abandonaram extensos territórios por conta de crises econômicas, ocupação de terras doadas a santos e padroeiros, além daquelas adquiridas por ex-escravizados. Já a ampliação da população quilombada não se deu só pela agregação de novos membros, mas também pelo grande número de nascidos nos próprios locais.

“Em várias partes, mais habitantes de quilombos estavam nascendo, crescendo e ocupando territórios”, escreve Gomes (2015, p. 19).

A apropriação da terras indica uma forma de organização dos negros em uma estrutura social baseada na luta e resistência contra as ações do Estado desde o período colonial, e a perseguição dos negros e destruição de suas habitações, as principais armas para desarticulá-la. Se durante um longo período o termo quilombo foi utilizado para designar o “território de negros fugidos”, no pós-abolição, uma nova conotação foi atribuída a esses espaços, passando a designar “um modelo de organização social e coletiva alternativa capaz de enfrentar um processo de libertação de escravos que não pressupôs qualquer forma de indenização” (SANTOS, 2014, p. 26).

Ao longo das últimas décadas, o conceito de quilombo passou por uma redefinição. Como aponta Leite (2000), ele deixa de ser associado à escravidão e é apropriado no discurso de inserção social da população negra na sociedade brasileira frente à escancarada exclusão que vitima negros e negras. Portanto, escreve a autora, “o quilombo chega até os dias atuais para falar de algo ainda por se resolver, por se definir, que é a própria cidadania para esses grupos” (LEITE, 2000, p. 349).

Fruto de uma intensa atuação de movimentos sociais e intelectuais negros entre as décadas de 1960 e 1980, o primeiro reconhecimento formal e jurídico das comunidades quilombolas surge no texto constitucional de 1988, cujo Artigo 68 das Disposições Transitórias aborda o reconhecimento da propriedade das terras dos “remanescentes das comunidades dos quilombos” Enquanto no Artigo 216, o § 5 defendia o tombamento de “documentos” e “sítios detentores de remanescentes de antigos quilombos” (BRASIL, 1988).

Entretanto, a inclusão do termo “remanescente”, tornou-se um problema, já que levava ao entendimento da cultura quilombola como um elemento datado, fixo, cristalizado, dando conta somente de uma forma específica de formação – por meio da fuga -, sem considerar as complexidades que envolvem suas diversas trajetórias de resistência. O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida escreveu que a noção de “remanescente de quilombo” aludia erroneamente a “algo que já foi e do qual sobraram apenas reminiscências – seriam, portanto, grupos que não existem mais em sua plenitude” (ALMEIDA, 1996).

O debate em torno do conceito levou intelectuais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a convite do Ministério Público Federal (MPF) a deliberar sobre o tema, chegando à conclusão que segue:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se referia a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na

manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ABA, 1994, p. 2).

Com base nessa compreensão de remanescente de quilombo como um conceito que “abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira” (Santos, 2014), em 2004, o Superior Tribunal Federal (STF) publicou o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo, em seu Artigo 2º, que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003)

Atualmente, conforme os dados da Fundação Cultural Palmares, existem 3.471 comunidades remanescentes de quilombo reconhecidas em todas as regiões do país. Já Gomes (2015) afirma ser esse número muito maior, podendo chegar a cerca de cinco mil comunidades, já que existem muitas em processo de reconhecimento².

Aquilombamento como estratégia de (r)existência

Como organização social, o quilombo foi a maior experiência de insurgência negra contra o sistema escravista e ainda nos dias de hoje, aquilombar-se, ou seja, criar ambientes alternativos de resistência coletiva, continua sendo uma estratégia de luta contra as opressões e de conquista da cidadania em uma sociedade estruturalmente racista. A ideia de quilombo configura-se, portanto, “nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos” (LEITE, 2000, p. 349).

A síntese do aquilombamento é a resistência que atravessa os corpos negros no campo e na cidade, por meio de expressões coletivas que visam fundamentalmente a existência de sujeitos e sociabilidades afrodescendentes. Resistir para existir.

Aquilombar-se é, portanto, uma ação contínua de existência autônoma frente aos antagonismos que se caracterizam de diferentes formas ao longo da história dessas comunidades, e que demandam ações de luta ao longo das gerações para que esses sujeitos tenham o direito fundamental a **resistirem e existirem** com seus usos e costumes. (SOUSA, 2008, p. 106, grifo nosso)

² Importante ressaltar que por inexistência de uma política censitária para a população quilombola no Brasil, não é possível chegar ao número exato de brasileiros que residem em comunidades remanescentes.

Portanto, quilombo não deve ser visto como um fenômeno do passado ou mesmo como uma forma de agregação estritamente relativa aos negros e negras escravizados e seus descendentes, mas como uma inspiração histórica em constante mutação na diáspora afro-brasileira. A pesquisadora Beatriz Nascimento (1982) deixa claro que as novas formas de aquilombamento rompem com os laços estritamente territoriais e se expressam no verter-se em quilombo. Escreve ela que “os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar ‘quilombos’, ainda podem e procuram fazê-los” (RATTS, 2006, p. 57). Com ela concorda o intelectual negro Abdias do Nascimento (1980), um dos grandes teóricos a tratar da questão, tendo inclusive cunhado o conceito de quilombismo, movimento que deixou um legado que deve ser retomado nos tempos atuais. Ele escreve que:

Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros atuais manter e ampliar a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação da sua verdade. Um método de análise, compreensão e definição de uma experiência concreta, o Quilombismo expressa a ciência do sangue escravo, do suor que este derramou enquanto pés e mãos edificadores da economia deste país. Um futuro de melhor qualidade para as massas afro-brasileiras só poderá ocorrer pelo esforço enérgico de organização e mobilização coletiva, tanto das massas negras como das inteligências e capacidades escolarizadas da raça para a enorme batalha no fronte da criação teórico-científica. Uma teoria científica inextricavelmente fundida à nossa prática histórica que efetivamente contribua à salvação do povo negro, o qual vem sendo inexoravelmente exterminado (2002, p. 349)

Esse tornar-se quilombo a que se refere Beatriz Nascimento pode ser lido como formar linhas de fuga dos diversos sistemas de opressão, assim como a construção de redes de saberes e práticas buscando a sobrevivência física, social e cultural da população negra, não renunciando à conjunção com indígenas e brancos na busca por direitos fundamentais (SOUZA, 2008).

Atualmente, o termo aquilombar é bastante utilizado por intelectuais, artistas e pesquisadores para designar espaços de resistência da cultura negra que comportam em si múltiplas formas de organização social. A metáfora do quilombo é utilizada também para designar espaços virtualmente compartilhados, conhecidos como “quilombos digitais”, em que se aplicam as mesmas lógicas dos quilombos tradicionais. Como destaca Conceição (2020, p. 6), as experiências de aquilombamento virtual comportam “a mesma ideia de pertencimento e busca de identidade dos quilombos do período escravagista, as ferramentas digitais são utilizadas para conectar pessoas e estarem entre os seus, mesmo com a distância física”.

O jornalista Joselício Junior trata o aquilombamento uma estratégia urgente, “uma necessidade histórica, é um chamado, uma reconexão com nossa ancestralidade para atuar no

presente, é construir esperança, é construir força, é construir sonho, é construir um futuro melhor”³, já a premiada escritora Conceição Evaristo, em recentemente poema publicado pelo jornal *O Globo* convida: “é tempo de formar novos quilombos em qualquer lugar que estejamos”⁴

Jornalismo insurgente

Expressões de aquilombamento profissional na área de jornalismo foram bastante comuns na história da imprensa brasileira no pós-abolição. Entretanto, o primeiro jornal feito por e para a população negra data de 1833. O periódico *O Homem de Cor*, que também foi conhecido como *O Mulato*, foi criado ainda no período escravagista pelo tipógrafo Francisco de Paula Brito, e, apesar do curto tempo de vida da publicação, ele serviu e continua servindo como inspiração para outras iniciativas da imprensa negra.

Ainda no século XIX, se viu nascer de norte a sul diversas iniciativas da imprensa negra: em 1833 na corte do Rio de Janeiro houve o surgimento dos jornais *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente*; em 1876, surgiu no Recife o impresso *O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução*; em 1889, em São Paulo, surgiu o *A Pátria*; e em Porto Alegre, o jornal *O Exemplo* surgiu em 1892 (ROSA, 2014). Também no pós-abolição, houve a criação de dezenas de iniciativas. Em um estudo sobre a imprensa negra paulista entre 1915 e 1963, Miriam Nicolau Ferrara (1981) aponta o surgimento de 56 publicações. A estas, se somam outras tantas dezenas de jornais espalhados pelo país.

Tendo como linha de atuação comum o combate ao flagrante racismo na sociedade brasileira, esses veículos foram e são importantes também para a luta antirracista na própria imprensa:

Desde o seu surgimento, em 1833, a imprensa negra e os jornais negros estavam inseridos na luta contra o racismo, a discriminação e o preconceito racial no Brasil. Essa origem e tais características são fundamentais para o entendimento não somente da imprensa negra, mas também para a compreensão da imprensa brasileira. Pois, é a imprensa negra parte integrante da imprensa brasileira e sua existência tem potencial colaborativo para a reflexão sobre a presença e os efeitos do racismo na imprensa brasileira, em particular na grande imprensa (ROSA, 2014, p. 560 - 561)

Como exemplo dessa congregação de saberes no combate ao racismo, temos o jornal *Quilombo*, fundado por Abdias do Nascimento e que circulou entre 1948 e 1950. O veículo reunia intelectuais negros e brancos e se posicionava veementemente contra o racismo, em busca da emancipação da população negra, a busca pela democratização da educação e da criminalização da

³ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/e-tempo-de-se-aquilombar/>

⁴ Disponível em: <https://bityli.com/oK6kC>

discriminação racial, como aponta detalhadamente a sessão “Nosso programa”, que era publicada na terceira página em todas as edições do jornal.

Trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico. Para atingir esses objetivos Quilombo propõe-se: 1) Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência; 2) Esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivo para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso; 3) Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares; 4) Combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição; 5) Pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1940 (IPAFRO, 2015, online)

No bojo da mídia informativa de massa, Teun van Dijk (1992) aponta que em uma sociedade racista, como a brasileira, a imprensa participa desse processo já que ela é fruto da atuação das elites dominantes, assim como limita o acesso da população negra aos sistemas de mídia em dois aspectos que são primordiais: primeiro na contratação de profissionais (representatividade), já que enquanto classe profissional, jornalistas são majoritariamente brancos. Uma pesquisa que traçou o perfil dos jornalistas brasileiros (MICK; LIMA, 2013) apontou que, ao serem questionados sobre sua raça/cor, dos 2.731 jornalistas respondentes, apenas 28% declararam ser preto, pardo, amarelo, indígena e outra. Ou seja, o percentual de negros (pardos e pretos) entre os jornalistas se mostrou inferior à metade da presença de pretos e pardos no Brasil. Conforme o PNAD Contínuo 2012-2019, o percentual de brancos no Brasil é de 42,7%, os declarados pardos são 46,8%, pretos são 9,4% e 1,1% da população são pessoas amarelas ou indígenas.

Um segundo aspecto relevante apontado por van Dijk trata da forma como tais profissionais abordam a população negra em seus materiais noticiosos (representação), realizando frequentemente coberturas jornalística estigmatizadas ou distorcidas sobre os grupos subalternizados. Ele escreve que em decorrência desses dois fatores:

As rotinas diárias de newsmaking operam em uma estrutura social que dá acesso preferencial a fontes de elite, instituições e outros atores que têm assessorias de imprensa bem organizadas e são capazes de fabricar noticiário por meio de conferências de imprensa, comunicados à imprensa e outras estratégias cuidadosamente gerenciadas para alcançar os repórteres e, portanto, as notícias (VAN DJIK, 1992, p. 44).

As iniciativas de alternativas jornalísticas apresentadas na próxima sessão evocam em si as ressonâncias do pensamento de Beatriz Nascimento quando ela diz “no momento em que o negro se unifica, se agrega, ele está sempre formando um quilombo, está eternamente formando um quilombo, e o nome em africano é união” (1977, p. 2) e se revelam experiências de fazer jornalístico profissional que leva em conta a cidadania negada a negras e negros no processo histórico, através de um dispositivo peculiar de insurgência social que se constitui a despeito de suas invisibilidades e constantes silenciamentos no jornalismo brasileiro *mainstream*: o aquilombamento.

Mapeando iniciativas de mídias de resistência e enfrentamento

Para compor esse mapeamento, recorreremos a pesquisa de natureza exploratória, que visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GEHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). O levantamento das iniciativas ocorreu por meio de coleta de dados primários, a partir de busca na internet, e secundários, analisando e complementando o estudo realizado por Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR) intitulado Mapeamento da Mídia Negra no Brasil⁵, observando aquelas iniciativas de prática profissional do jornalismo.

É preciso ressaltar que em nossa busca identificamos diversas iniciativas de produtores negros de conteúdo na internet e redes sociais, assim como diversos agrupamentos de jornalistas negros em movimentos sindicais, como é o caso das Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial conhecidas pela sigla COJIRA, assim como os diversos coletivos estudantis com atuação no ambiente universitário com suporte, apoio e acolhimento a estudantes negros e negras em todo o país que não constituem veículo de notícia (o objetivo desse mapeamento) e portanto foram desconsideradas no mapeamento. Dessa forma, o filtro por nós escolhido foi considerar as iniciativas que trabalham com produção de matérias, reportagens e outros conteúdos jornalísticos.

As iniciativas constantes nesse mapeamento foram sinteticamente apresentadas no Quadro 1, classificadas por ordem de surgimento, identificação do veículo descrição das plataformas utilizadas para veicular seus conteúdos.

Quadro 1 – Mapeamento de iniciativas de jornalismo negro

	Surgimento	Veículo / Iniciativa	Plataformas usadas
1.	1997	Portal Geledés / Instituto Geledés	Site e redes sociais
2.	2001	Mundo Negro	Site e redes sociais, Vimeo
3.	2005	Jornal A Voz da Comunidade	Jornal impresso, aplicativo, site e redes sociais

⁵ Disponível em: http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf

4.	2007	O Menelik	Revista impressa, site e redes sociais
5.	2008	Instituto Mídia Étnica / Correio Nagô	Site e redes sociais
6.	2009	Agência de Notícias das Favelas / Jornal a voz da favela	Site e jornal impresso e redes sociais
7.	2009	Rádio Comunitário Zumbi dos Palmares	Web rádio e site de notícias
8.	2011	Blog Negro Nicolau	Site e redes sociais
9.	2012	Nação Z	Site, jornal impresso e redes sociais
10.	2012	Blogueiras Negras	Site, Youtube, podcast e redes sociais
11.	2013	Revista Afirmativa	Site, revista impressa, redes sociais
12.	2014	Coletivo Papo Reto	Site, redes sociais, Youtube
13.	2014	Ponte Jornalismo	Site, redes sociais e Youtube
14.	2014	Nós, Mulheres da Periferia	Site e redes sociais
15.	2015	Bahia 1798	Redes sociais
16.	2015	Alma Preta	Site, Youtube, podcast e redes sociais
17.	2016	Portal SoteroPreta	Site e redes sociais
18.	2016	Revista Quilombo	Revista impressa, site e redes sociais
19.	2018	Imprensa Preta	Site e redes sociais
20.	2018	Portal Black Fem	Site e redes sociais
21.	2018	Afro TV	Site e redes sociais
22.	2018	Ceará Criolo	Site e redes sociais
23.	2018	Notícia Preta	Site e redes sociais
24.	2019	Nagonianas	Youtube, redes sociais
25.	2019	Quilombo Cibernético	Site e redes sociais
26.	2020	Negrê	Site e redes sociais

Fonte – Dados da pesquisa (2021)

Observamos que as 26 iniciativas mapeadas utilizam diversas plataformas para disseminar seus conteúdos. A grande maioria concentra sua atuação em sites de notícias e redes sociais (25 veículos); seis delas publicam também algum material impresso (revista e jornal); cinco delas publicam seus conteúdos no Youtube, sendo que apenas o *Nagonianas*, tem essa como principal plataforma. Já a Rádio Comunitário Zumbi dos Palmares tem como principal plataforma web rádio. De todas as iniciativas, apenas *Bahia 1798* utiliza somente redes sociais para divulgar seu trabalho.

As iniciativas do levantamento realizam trabalho jornalístico com a perspectiva de enfrentamento à discriminação racial e exaltação da cultura e identidade negra, colocando-se inclusive como atores que criam uma narrativa alternativa à dos veículos tradicionais de comunicação. Na descrição de suas atividades o site *Alma Preta* escreve “assumimos um caráter político na produção de nossos conteúdos editoriais por acreditarmos que nosso trabalho tem o dever de informar, visibilizar e potencializar a voz da população negra”⁶, já a *Revista Afirmativa* enfatiza

⁶ ALMA PRETA. Quem somos. Disponível em <https://almapreta.com/quem-somos>. Acesso em: 26 mai. 2021.

que orientações segue o seu trabalho: “jornalismo de qualidade, popular, diverso e humanizado, que renega o apelo sensacionalista e estereotipado de representação das pessoas negras”⁷.

Outras iniciativas direcionam as discussões de seus materiais para a interseccionalidade de raça, gênero e classe, como é o caso do *Portal Geledés*, vinculado ao importante instituto homônimo, que em sua autodescrição declara-se feminista e busca atuar combatendo a “[...]violência doméstica e sexual contra a mulher, pela realização da igualdade no mercado de trabalho, em defesa dos direitos reprodutivos e direitos sexuais das mulheres, pela descriminalização do aborto, contra os estereótipos e estigmas que se reproduzem sobre as mulheres nos meios de comunicação”⁸. Já o *Nós, Mulheres da Periferia*, descreve-se como uma empresa de comunicação preocupada com o protagonismo feminino na gestão da comunicação, se definindo como “um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas”⁹.

Assim, o que se percebe é que as iniciativas listadas acima irrompem com as formas tradicionais de narrar os acontecimentos dos veículos de comunicação *mainstream* e apresentam-se como alternativas para uma prática profissional politicamente posicionada em benefício não só da população negra, mas de outros grupos que historicamente foram subalternizados, evocando em sua atuação princípios básicos dos direitos humanos.

Considerações possíveis

O presente artigo é resultado de uma pesquisa preliminar e exploratória que visou mapear as iniciativas de aquilombamento jornalístico, ou seja, as iniciativas de jornalistas negros e negras de criar conteúdo noticioso específico sobre a população afrodescendente com vistas ao enfrentamento da discriminação racial e valorização da cultura afro no país. Como principal resultado, identificamos cerca de 100 iniciativas voltadas aos objetivos mencionados acima, entretanto, refinamos esse resultado, buscando apenas as iniciativas de jornalismo profissional, chegando a 26 veículos.

A pesquisa se concentrou primeiramente na identificação dessas iniciativas, que se apropriam das redes sociais, sites e outras plataformas para gerar conteúdos jornalísticos. Entretanto, nossa análise não avançou em outros movimentos de pesquisa, como conhecer de que forma os sites, portais, canais e outras iniciativas são custeados; também não abordamos se e como ocorre a remuneração de jornalistas; como ocorre a elaboração de conteúdos próprios e as motivações que

⁷ REVISTA AFIRMATIVA. Quem somos. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/quem-somos/>. Acesso em 26 mai. 2021.

⁸ INSTITUTO GELEDÉS. Geledés – missão institucional. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

⁹ NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. Quem somos. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

levam os profissionais a escolher como nicho de mercado um jornalismo de enfrentamento ao racismo. Cabe então responder essas e outras questões em aprofundamentos futuros através do acompanhamento sistemático de rotinas ou mesmo aplicação de questionários e entrevistas com os e as profissionais.

A despeito do caráter incipiente de nossa análise, os resultados colhidos até aqui mostram que as iniciativas de mídia alternativa são um importante caminho para a produção de material jornalístico aprofundado sobre a população negra que por vezes se vê distorcida na representação que os veículos tradicionais e hegemônicos fazem dela. Além disso, tais veículos se mostram importantes locais de acolhimento a jornalistas negros e negras que ainda ocupam pouco espaço na TV e nas redações dos jornais, constituindo assim uma lógica de aquilombamento nos tempos atuais.

Como expressão da resistência e busca pela liberdade tolhida, o quilombo continua vivo e, para a população afrodescendente, constitui-se em uma importante estratégia de organização social ontem e hoje. A história viu surgir diversas formas de quilombos, resultantes da fuga, doação ou compra de terras; quilombos na floresta, na fazenda e na cidade. Coube e continua cabendo à escrita crítica de negros e negras desmistificar os estereótipos construídos sobre quilombos como lugares pobres, precários e isolados resultantes da fuga da escravidão ou mesmo como uma expressão do passado. Hoje, o quilombo continua vivo em nós, em nosso imaginário. Se as sociabilidades na atualidade se expressam nas experiências digitais, nada mais justo que fazer desse aparato ferramentas de construção do jornalismo feito por e para negros.

Referências

ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**, Rio de Janeiro: 1994, p. 81-82. Disponível em: <<https://documentacao.socioambiental.org/documentos/03D00024.pdf>>. Acesso em 26 mar 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: **Frechal** – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CONCEIÇÃO, Kelly Santos da. **Aquilombamento Digital**: mulheres negras, comunicação e trabalho em uma rede de afetos. 2020. 24 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Mídia Informação e Cultura) – Universidade de São Paulo. 2020.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: USP, 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), FFLCH, Universidade de São Paulo, 1981.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil / -1ª ed. - São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

IPAFRO. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro. 2015. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-01/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

LEITE, Ilka Boaventura Santos. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 5, n. 2, 2000, p. 333-354. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 224 p.
MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: Características Demográficas, Políticas e do Trabalho Jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013, 156 p.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002, 362 p.

NASCIMENTO, Beatriz. Historiografia do Quilombo. 1977. In: NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Diáspora Africana; Editora Filhos da África, 2018.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n 1, 2014, p. 555 – 568.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades quilombolas**: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 213 p.

SCHMITT, A., TURATTI, M. C. e CARVALHO, M. C. A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. In: **Ambiente & Sociedade**. Ano V, No. 10, 1º semestre de 2002, pp. 1-8.

VAN DIJK. Teun Adrianus. **Text, talk, elites and racism**. Discours Social/Social Discourse, Montreal, v. 4, p. 37-62, 1992.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.